

## **A CONCEPÇÃO AMBIENTAL FRENTE À MODERNIDADE TARDIA: ENSAIO SOBRE LIMITES E ALCANCES TEÓRICOS**

**Leonardo Bis dos Santos** (Doutorando em História – Ufes)

### **Introdução**

A modernidade, assentada em pilares da Ciência inaugurada a partir do iluminismo, da economia pautada no capitalismo e na industrialização, e da política referenciada pela sociedade urbana e a Revolução Francesa, é elemento central para o entendimento de processos sociais contemporâneos. O projeto moderno, contudo, apresentou uma série de promessas que, ao longo do tempo, não se concretizaram. Tais incongruências se potencializaram ao ponto de hoje haverem questionamentos radicais sobre a validade daqueles pilares. As ‘verdades’ produzidas pela Ciência, o ‘desenvolvimento’ gerado pelo industrialismo e pelo capitalismo e a democracia política são bombardeados de todos os lados por não darem conta da realidade cotidiana.

Nesse ínterim surgem os debates ambientais como alternativas ao projeto de desenvolvimento humano em curso. A fragmentação do conhecimento científico daria espaço a novas abordagens frente à criação de saberes, valorizando a holística. O tempo da produção precisaria se adequar à capacidade de suporte do planeta, bem como à utilização de fontes renováveis. E a democracia deveria representar realmente o acesso de todos a toda decisão, bem como a todo tipo de bens e serviços produzidos – sem segmentação hierárquica definidora de identidades. Mas nos perguntamos qual será o alcance teórico e empírico de tais concepções. Até que medida tais reflexões são utópicas ou realizáveis?

Assim, neste ensaio abordamos a temática do modo de vida urbano-industrial frente ao contexto ambiental. Como pano de fundo apresenta-se a discussão sobre a percepção social do tempo de produção capitalista em contraposição ao tempo ambiental. Ao final esperamos contribuir para o debate – seja ele utópico ou empírico – em curso.

### **Tempos Dodernos: apropriação social do tempo na modernidade**

O título deste tópico faz alusão ao clássico filme de Charles Chaplin que narra as peripécias de um operário frente à linha de produção industrial. No filme de 1936, a personagem central apresenta, de forma cômica, uma série de conflitos entre o tempo industrial e a velocidade de resposta do corpo humano, bem como seu condicionamento a partir da busca pelo lucro. No centro da narrativa consta a discussão sobre o controle do tempo e seus reflexos nas mudanças no mundo do trabalho industrializado.

Citando Moscovi (2007)

Os “Tempos Modernos”, para citar o título do filme de Chaplin, são primeiramente e especialmente o tempo de uma técnica que despia os homens de suas qualidades, de uma organização que fragmenta a vida individual e social, de uma inteligência inteiramente dedicada ao culto da repetição. Se, portanto, em todos os domínios triunfa um impulso de criação, na indústria não encontramos as ruínas de múltiplas destruições. O reino do insalubre, da feiura e do desperdício é bem o seu. (pp. 26-27)

Pelo prisma do paradigma marxista, poderíamos afirmar que a percepção do tempo foi condicionada pelo modo de produção. Nessa perspectiva, a categoria ‘trabalho’ é central para o entendimento das relações sociais. O tempo, como elemento base de mensuração do trabalho, passa a ser moldado pela racionalização, tendo o modo de produção e apropriação de mercadorias como parâmetro. As orientações de segmentação temporal proposta por Frederick Winslow Taylor e Henry Ford foram, entre a segunda metade do século XIX e primeira metade do século XX, significativas entre os modelos de administração ‘científica’ do tempo em linhas de produção.

A abordagem marxista, contudo, é acusada de submeter várias esferas sociais ao crivo do trabalho capitalista e à esfera econômica. Afeto à nossa análise aqui, o tempo estaria, de certa forma, condicionado à produção. O tempo do trabalho capitalista, associado aos movimentos dos corpos e das mercadorias, seria um dos pilares de sua apropriação social – mas não a única!

Max Weber, de outra forma, fundamentou uma proposta historicista para abordar as mudanças socioculturais relacionadas ao capitalismo. Sua célebre obra A

*ética protestante e o 'espírito' do capitalismo*<sup>1</sup> talvez seja a mais ilustrativa quanto à sua perspectiva de interpretar como aspectos culturais se inter-relacionam com o econômico de modo a produzir um novo contexto social. Na perspectiva weberiana a realidade é interpretada segundo uma concepção multifacetada, onde vários parâmetros influenciariam a percepção social. Política, ciência, além da economia, marcariam, por exemplo, a apreensão social do tempo.

A reflexão sobre o tempo, independente da sua matriz de análise, se torna substantiva para o entendimento do evento moderno. Na sua raiz, este último está fundado a partir dos marcos do Iluminismo, da Revolução Industrial e da Revolução Francesa, juntamente com a origem e consolidação do capitalismo, e é marcado na contemporaneidade, por questionamentos em suas bases epistemológicas. Os avanços tecnológicos vivenciados, mormente, a partir da segunda metade do século XX, proporcionaram mudanças que põem em dúvida várias instituições sociais. A separação entre tempo e espaço, proposta pela modernidade e que viabilizou as configurações do capitalismo, é potencializada. O tempo é acelerado e o espaço é comprimido dando origem a novos arranjos e a complexos sistemas, distintos dos modelos anteriores (SANTOS, 2006, p. 37).

A compressão do tempo e do espaço, inclusive, são parâmetros para o questionamento da validade da própria modernidade. É o que faz, por exemplo, David Harvey! Ele analisa a experiência do tempo e do espaço, e declara que atualmente experienciamos uma forma plena de compressão de tempo e espaço ao ponto de promover algo completamente novo. A esse fenômeno o autor chama de pós-modernidade<sup>2</sup>.

Achamos serem um pouco precipitados àqueles autores que declaram o fim da modernidade. Tal defesa se fundamenta ao abordar suas bases epistemológicas, bem como suas promessas e antagonismos. Mais uma vez recorrendo ao que acreditamos serem os pilares centrais da modernidade temos um cenário bastante atualizado do que outrora fora pretendido pelo projeto moderno.

---

<sup>1</sup> Cf. WEBER, Max. *A ética protestante e o 'espírito' do capitalismo*. 4ª reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

<sup>2</sup> Cf. HARVEY, David. *Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. 22ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 2012.

A Ciência continua a marcar seu papel sacro diante da produção de 'verdades'. O capitalismo – apesar de suas crises – impera, inclusive, sobre nações que adotaram o socialismo até bem pouco tempo. Os princípios democratizadores da Revolução Francesa hoje abarcam um conjunto de nações cada vez maior. Nesse sentido, o que alguns autores estão chamando de superação da modernidade, talvez seja caracterizado por uma confusão em relação aos seus antagonismos inerentes.

Os argumentos de Berman (1989), assim, são significativos para amparar a hipótese acima, pelo menos no que concerne às incompatibilidades próprias do projeto moderno.

Ser moderno é encontrar-se em um ambiente que promete aventura, poder, alegria, crescimento, autotransformação e transformação das coisas em redor – mas ao mesmo tempo ameaça destruir tudo o que temos, tudo o que sabemos, tudo o que somos. (BERMAN, 1989: 15)

A modernidade, assim, carrega, ao mesmo tempo, elementos emancipatórios e regulatórios, como diria Sousa Santos (2010). É um movimento complexo que apresenta signos e propostas de transformação social, mas também de engessamento do espírito humano pelas máquinas. Ao pesquisar os efeitos da modernidade sobre a produção cultural, Canclini (2011) descreve que:

Temos presente que neste tempo de disseminação [...] e descentralização democratizadora também crescem as formas mais concentradas de acumulação de poder e de centralização transnacional da cultura que a humanidade conheceu.<sup>3</sup>

Do ponto de vista da percepção social do tempo, a modernidade empenha-se em realçar as diferenças entre o antigo e o novo, considerado moderno. Todas as alegorias temporais referentes ao período predecessor à modernidade carregam em si elementos depreciativos. O termo Idade Média dá vazão à ideia de que foi algo entre a antiguidade – considerada clássica, em termos filosóficos e artísticos – e o moderno – que remete à novidade, ao progresso e à vanguarda. O meio entre os dois períodos, como se fosse apenas uma ponte levando a humanidade de um ponto a outro no universo temporal, é o medieval. Não raro, a Idade Média aparece

---

<sup>3</sup> Cf. CANCLINI, Néstor García. *Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade*. 4ª ed. 5ª reimpressão. São Paulo: EDUSP, 2011, p. 30.

relacionada às trevas, enquanto o Iluminismo seria responsável por conceder luminosidade à inventividade e à razão humana.

O projeto moderno apresenta uma, até então, nova percepção social do tempo. Este último passa a ser essencial como elemento permeador de comparações entre o antes e o depois. E nesse sentido, dificilmente poderíamos afirmar uma superação completa do evento moderno, uma vez que a promessa<sup>4</sup> de futuro apresentada pela inovação e progresso – mesmo que sejam executadas entre parâmetros norteadores que as limitam e as controlam – ressaltam a diferença entre o velho e o novo. Hoje é ponto pacífico entre pesquisadores que a transição entre a Idade Média e a modernidade representa muito menos uma cisão entre os períodos, apesar de que a literatura hegemônica tenha se esforçado em difundir uma pseudo ruptura. O que fica marcado como elemento de transição, na apreensão do tempo, é uma mudança significativa na percepção social entre o antigo e novo, entre o medieval e o moderno.

Novamente citando Berman (1989), os antagonismos da modernidade produzem seu desencantamento. As propostas de que a Ciência produziria verdades absolutas – ocupando o lugar antes tomado pela religião – são cada vez menos verdadeiras. Na política, a separação entre sociedade civil e Estado gera consequências que questionam o próprio conceito de democracia – conceito este que é central para toda a estrutura sociopolítica ocidental. Na economia, o capitalismo vive em voltas com crises financeiras e sociais, ao provar sua forma concentradora de capital e poder. Eis que nesse ínterim surge uma nova temática enquanto eixo de discussões norteadoras de uma proposta alternativa: a questão ambiental.

### **Contradições modernas e a questão ambiental<sup>5</sup>**

Os debates ambientais, como são conhecidos hoje, são marcadamente contextualizados na modernidade, apesar de as discussões não serem observadas apenas na história recente da humanidade. Vestígios de mecanismos coercitivos, atrelados a uma máquina de governo em vigor numa escala territorial ampla, antes

---

<sup>4</sup> Para Sousa Santos a modernidade é responsável por várias promessas de emancipação da humanidade, contudo o que se viu foi uma regulação cada vez mais presente, em contradição ao projeto original. Cf. SOUSA SANTOS, Boaventura. *Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade*. 13ª ed. 1ª reimpressão. São Paulo: Cortez, 2010.

<sup>5</sup> Tópico baseado no item 2.1 do livro *Nas trilhas da política ambiental: conflitos e agendas*, pp. 83-89.

do período moderno, fazem parte do conjunto da exceção. Do ponto de vista da apreensão social, na antiguidade e no medievo, os elementos totêmicos das sociedades eram quase que totalmente extraídos ou relacionados à natureza, tornando-a intrinsecamente relacionada à dimensão mágica. Explicações para desastres ambientais eram amplamente difundidas como resultado do mau-humor dos deuses, por exemplo.

Relacionada ao modo de produção, as relações dos indivíduos com a natureza eram marcadas pela quase completa dependência dos ciclos ambientais. Segundo Giddens:

Na maior parte das culturas pré-modernas, mesmo nas grandes civilizações, os seres humanos se viam em continuidade com a natureza. Suas vidas estavam atadas aos movimentos e disposições da natureza – a disponibilidade das fontes naturais de sustento, a prosperidade das plantações e dos animais de pasto, e o impacto dos desastres naturais (GIDDENS, 1991, p. 66).

A modernidade inaugura uma nova fase na relação homens-naturezas. O então novo momento histórico, iniciado com o movimento renascentista, e que ganha nova musculatura no século XVIII alteraram profundamente as relações sociais vigentes.

Do ponto de vista científico empreendeu-se a tarefa de reposicionar o Homem frente ao universo e efetuar sua separação em relação à natureza. Este empreendimento, potencializado, alude à coisificação dos objetos científicos como proposta de neutralidade e objetividade científica, sugerindo o completo afastamento entre sujeito-pesquisador e sujeito-pesquisado, sob pena de ter seus resultados questionados. Concomitante e interconexo ao novo cálculo científico emergiram novos sentidos de tempo e espaço, comprimindo-os, permitindo assim novos parâmetros de combinações e recombinações que viabilizaram, em grande medida, as várias configurações do capitalismo desde então. O advento das Grandes Navegações (século XV e XVI) e os contínuos avanços nos meios de transporte e comunicação permitiram novas relações entre seres humanos, permeadas pela nova noção temporal-espacial. Esta concepção foi acompanhada da mudança no eixo temporal, transferindo do foco centrado no tempo da natureza para o tempo econômico de produção de mercadorias, criando um contexto de desconexão temporal e desgaste acelerado dos bens ambientais (LEFF, 2001 e 2006).

No plano econômico, a transição do feudalismo para o mercantilismo e, posteriormente, os novos padrões de produção das economias centrais, baseados na indústria, exigiam novas fontes energéticas – centradas em matérias inanimadas, como o carvão – em escala nunca outrora exigida. Giddens (1991) declara que, em condições de modernidade, os novos padrões de produção de bens e mercadorias, pautados na indústria, se tornam o principal eixo da interação entre seres humanos e natureza (p. 66). O autor ainda salienta que a globalização dos impactos ambientais inaugura uma característica distintiva da modernidade, se comparada com a pré-modernidade, pois:

Em condição de modernidade, os perigos que enfrentamos não derivam mais primariamente do mundo da natureza. É claro, ciclones, terremotos e outras catástrofes naturais ainda ocorrem. Mas em sua maior parte, nossas relações com o mundo físico são radicalmente diferentes daquelas das épocas anteriores – especialmente nos setores industrializados do globo, mas em certo grau em toda parte. À primeira vista, os perigos ecológicos que enfrentamos atualmente podem parecer semelhantes às vicissitudes da natureza encontradas na era pré-moderna. O contraste, contudo, é muito nítido. Ameaças ecológicas são o resultado de conhecimento socialmente organizado, mediado pelo impacto do industrialismo sobre o meio ambiente material (GIDDENS, 1991, p. 111-112).

A Ciência, por sua vez, herda em grande medida a dimensão mágica que outrora estivera relacionada à natureza. O poder explicativo científico suplanta paulatinamente – ainda hoje em sociedades e grupos sociais que absorveram de maneiras distintas ou mesmo não absorveram a ideologia ocidental e, conseqüentemente, as explicações lógico-positivistas – interpretações que não se enquadram nos então novos padrões de conhecimento. Assim Lenoble (1969) salienta que:

A magia [...] é uma necessidade psicológica, tal como a razão. Não morreu no final da Antiguidade, não morreu no século XVIII, os mitos sócio-naturistas aos quais eu aludia e cuja virulência ninguém pode negar mostram que na nossa época ela se encontra em recrudescência e não em declínio. Fala-se muito da evolução das idéias como de uma passagem, lentamente conseguida no decurso do tempo, de um pensamento 'pré-lógico' para o pensamento 'lógico', de um 'estado pré-científico' para um 'estado científico'. Quiçá útil como primeira aproximação, esta maneira de ver encobre, no entanto, uma dupla ilusão. Em primeiro lugar, estabelece, na história, cortes não só artificiais [...] como enganadores. Não toma em consideração o facto, todavia essencial, de todas as épocas serem definidas

como 'lógicas' e 'científicas' por referência às suas predecessoras 'pré-lógicas' e 'pré-científicas'. Substitui, pois, pela falsa solução de um escalonamento cronológico das formas mentais, o único problema real: o do crescimento interno do 'lógico' e do 'científico'. Para mais, dando-nos assim o direito de tomar por nós e por nosso turno a atitude satisfeita dos Antigos, fazemos da 'nossa ciência' e da 'nossa lógica' o tipo definitivo do saber (LENOBLE, 1969, p. 38).

Como já mencionado, o ritual de atribuir categorias depreciativas ao 'antigo' possui caráter indissolúvelmente valorativo do 'novo'. Os padrões de conhecimento, marcados tão profundamente pelo movimento iluminista, com sua vertente científica positivista – destacadamente do empirismo de Bacon, na Inglaterra, e do cartesianismo de Descartes, na França (PROTA, 2000) –, desprezam qualquer saber que não se enquadre em perímetros da lógica moderna. Esta visão de conhecimento ainda hoje é recursiva, embora desde o século XIX tenham surgido correntes anti-positivistas e que estas tenham ganhado robustez nas últimas décadas. Segundo Rohde (2001) “a invasão das desordens nas ciências ditas ‘duras’ (ou ainda, ‘deterministas’, ‘termodinâmicas’ etc.) e a inclusão das noções de probabilidade, incerteza e risco em diversas disciplinas” marcam o definimento do paradigma cartesiano-newtoniano (ROHDE, 2001, p. 41). Correntes que contestam os padrões de legitimação de conhecimentos surgem e ocupam espaços no campo científico, obtidos a partir de questionamentos nas bases epistemológicas do padrão dominante de conhecimento, ironicamente proporcionados pelos avanços tecnológicos alcançados sob o paradigma positivista. Os avanços tecnológicos vivenciados, mormente, a partir da segunda metade do século XX, proporcionaram mudanças nos sistemas de transporte e comunicação e estas transformações colocam as “verdades” na pauta de debates.

O marco econômico da modernidade – Revolução Industrial – dá sinais de crise a partir do século XIX e, com mais intensidade, no século XX. O industrialismo como motor de economias avançadas era incapaz de – ou na perspectiva do conceito marxista de *exército de reserva*, não pretendia – absorver a massa de trabalhadores que deixavam os campos, e oferecia condições sub-humanas à ampla parcela da população urbana. Do ponto de vista ambiental, a crença no mito das matérias-primas ilimitadas sofreu fortes golpes – a partir da certeza da finitude do globo com as descobertas dos últimos recantos isolados da Terra e com a decadência de florestas e outros recursos de suma importância para a reprodução de sociedades



urbano-industriais. Apesar de persistir, principalmente entre setores progressistas e desenvolvimentistas, a faceta da limitação dos bens ambientais – hoje amparada, entre outras, pela noção de capacidade de suporte – foi realçada pelo descompasso entre meio ambiente degradado e economia pujante.

Como num movimento espiral, o marco científico, que proporcionou em grande medida as transformações nos marcos econômico e político, teve interrogada sua capacidade interpretativa de acordo com os desdobramentos de sua própria matriz. A constante configuração e reconfiguração da questão social ao longo dos séculos XIX e XX, tendo por base os marcos – estes também configurados e reconfigurados ao longo da passagem histórica – científico, econômico e sócio-político, conduziram a uma série de eventos de suma importância para a história recente da humanidade, como por exemplo, as Grandes Guerras<sup>6</sup>, e principalmente para o direcionamento dos projetos nacionais de desenvolvimento – o que envolve diretamente a ecologia política na perspectiva da apropriação social dos recursos ambientais.

A dinâmica de elementos sociais promoveu o recondicionamento dos eventos, tornando-os novos. Assim, a despeito da contestação de suas bases epistemológicas, o padrão de cientificidade positivista ainda supera, no plano hegemônico, suas ambiguidades conceituais, dado seu poder ideológico. Da mesma forma, o capitalismo atravessou suas crises, reformulando-se, e a elite política manteve-se no poder excluindo as massas populares do círculo decisório. A roupagem assumida no século XX, principalmente após 1945, é uma extensão da modernidade avocada pela potencialização do pressuposto de separação entre tempo e espaço, assumida pela conjuntura internacional. A composição espaço-temporal deu origem a novos arranjos e a complexos sistemas distintos dos modelos anteriores. No que tange a temática ambiental, tais mudanças promoveram alterações no contexto mundial que proporcionaram a emergência de debates como nunca dantes experienciados.

### **Tempo ambiental e a modernidade**

---

<sup>6</sup> Na verdade muitos avanços tecnológicos alcançados durante as Grandes Guerras Mundiais foram utilizados nas indústrias e produziram enorme impacto no meio ambiente.

Uma série de estudos filosóficos e antropológicos, tendo como contexto a temática ambiental, demonstram alternativas de reflexão à modernidade. Muito mais do que refletir sobre as relações entre seres humanos e meio ambiente, a partir do instrumental próprio do projeto moderno, autores como Bruno Latour, Serge Moscovici e Henrique Leff propõem elementos para superar a própria modernidade. Amparado pela lógica até aqui esboçada – reflexões sobre Ciência, economia e política, tendo a percepção social do tempo como contexto geral – propomos um passeio pelas ideias desses e de outros autores.

Cada vez se torna mais hegemônico entre pesquisadores das ciências humanas dedicados ao estudo da epistemologia científica, a premissa de que a ciência cartesiana não dá conta da realidade. Seja pela sua segmentação crescente, buscando alcançar uma inatingível extrema especialização de saberes dentro dos saberes, ou pela própria maneira de conceber a ideia de ciência onde somente os experimentos matematizados são passíveis receber o selo da verdade.

A economia é outro parâmetro que dá sinais de esgotamento. A racionalidade econômica mostra sua incompatibilidade com a base ambiental na qual está assentada. Guerras como a do Golfo Pérsico, na década de 1990, pelo controle de poços petrolíferos, é uma das demonstrações mais violentas das disputas por ativos ambientais – naquele caso, por combustíveis fósseis. O descompasso entre o tempo ambiental e o tempo da produção capitalista demonstra toda a sua irascibilidade.

No plano político, as separações artificiais entre Estado e sociedade civil promovem situações onde espaços ambientalmente conservados são ilhados, no formato de parques naturais, e sua população interior é expulsa em nome do bem comum. O Estado, sustentado materialmente pela sociedade civil, expropria parte dessa dita sociedade – os moradores tradicionais de áreas ambientalmente passíveis de conservação – em nome da outra parte da mesma sociedade que degradou outras regiões em nome do lucro – a parcela da sociedade urbano-industrial.

Segundo Latour (2004) as reflexões sobre a temática ambiental promovem o pensamento sistêmico. Fazendo alusão à holística, tendo por base a apropriação social dos bens ambientais, o autor destaca que a separação entre política e natureza, por exemplo, é artificial.

Desde a invenção do termo, toda política é definida por sua relação com a natureza, de que cada traço, cada propriedade, cada função depende da vontade polêmica de limitar, de reformar, de fundar, de encurtar caminhos, de iluminar a vida pública. Em consequência, não temos a escolha sobre o que fazer ou não com a ecologia política, mas de fazê-lo sub-repticiamente, distinguindo as *questões da natureza e as questões da política*, ou *explicitamente*, tratando-as como uma só questão que se propõe a todos os *coletivos*. (pp. 11-12)

Assim como Latour, a imensa maioria dos antropólogos que se dedicam ao estudo de formas alternativas de relação entre seres humanos e seu contexto ambiental concluem que o conhecimento sistêmico é uma constante entre populações tradicionais que não se enquadram plenamente nos moldes da sociedade urbano-industrial. Tal forma de apreensão social interfere decisivamente na percepção do tempo e do espaço. Em publicação organizada por Diegues e Moreira (2001) há uma série de estudos filosóficos e empíricos para criticar a teoria conhecida como *tragédia dos comuns*. Segundo essa proposição, os seres humanos, ao se relacionar com recursos comuns, como os peixes, animais de caça, ou qualquer outro recurso natural acessível a um grande grupo, promoveria o que Garrett Hardin chamou de tragédia. Uma vez acessível, os seres humanos buscariam a exploração desses recursos comuns ao nível da degradação máxima. Estudos antropológicos, entretanto, mostraram que a relação de certas comunidades, cuja simbiose do tempo humano e o tempo ambiental extrapolam o significado da produção de excedentes, inviabiliza o poder explicativo da teoria<sup>7</sup>. Na verdade, o que os autores destacam é que Hardin pensou segundo seus próprios parâmetros urbano-industriais e qualificou que toda a humanidade age da mesma forma.

Quando analisada a questão ambiental frente aos padrões de produção e consumo modernos o que se verifica é basicamente um descompasso temporal entre a capacidade de suporte do planeta e as necessidades criadas em torno dos seres humanos. Só para citar um último exemplo desse descompasso, podemos destacar a teoria malthusiana. Naquela perspectiva, o crescimento em progressão geométrica da população criaria problemas de fornecimento de alimentos uma vez

---

<sup>7</sup> Cf. FEENY, David *et al.* *A tragédia dos comuns: vinte e dois anos depois*. In: DIEGUES, Antonio Carlos; MOREIRA, André de Castro (orgs.). *Espaços e recursos naturais de uso comum*. São Paulo: NUPAUB/USP, 2001, pp. 17-42.

que a produção aumentava em níveis de progressão aritmética, criando da mesma forma um desacordo temporal.

A Ciência, nesses casos, é sempre invocada para prometer soluções e resultados. Assim surgem propostas que variam desde os adubos químicos até os transgênicos, no sentido de acelerar o tempo ambiental.

Outros autores como Enrique Leff são mais radicais em suas propostas para superar o atual modelo. Para ele trata-se de superação de um projeto de desenvolvimento humano que passa pela revalorização da questão ambiental em várias esferas: ética, científica, política, cultural e econômica. Uma nova racionalidade – a racionalidade ambiental – deveria se tornar hegemônica, a fim de fundar uma nova sociedade. A economia e o modo de produção deveria se submeter ao tempo ecológico. Ele cita que “existem processos ecológicos e valores humanos impossíveis de serem reduzidos ao padrão de medida do mercado” (LEFF, 2001, p. 59).

### **Considerações finais**

Ao que parece, a modernidade, como diria Berman, é caracterizada pela aventura e pela contradição. A emergência da temática ambiental como um problema de escala planetária nasce da contínua exploração dos bens naturais, configurando um ambiente de aceleração do descompasso entre o tempo da produção (tempos modernos) e o tempo ecológico. Tal desalinhamento tem gerado desequilíbrios ambientais que afetam a qualidade de vida de grandes contingentes populacionais, não respeitando limites territoriais entre países.

Hoje, mais do que nunca, as promessas científicas para dar conta dos problemas ambientais gerados pela industrialização não convencem a comunidade internacional. A democratização, tão cara à modernidade, não alcança os bens ambientais, uma vez que há um batalhão de pessoas sem acesso a água ou terras agricultáveis, enquanto outros concentram o monopólio dos mesmos. Os casos mais concreto em relação à água, são os apresentados por multinacionais como a Coca Cola, que investem alto em compras de minas de águas minerais – se ainda não repararam, comecem a ler os rótulos das garrafinhas de água que compram na lanchonete ou no supermercado e irão se assustar!

Parece ponto pacífico que a modernidade gerou uma série de incongruências inerentes ao seu projeto, mas o que se questiona, quando temos contato com autores como Leff, é até onde vai a utopia e até onde vai a possibilidade concreta de superação do *status quo*. Quais são as reais condições alternativas de avançarmos em prol da mudança, tendo como base a questão ambiental? Ainda é cedo para uma resposta conclusiva, mas é fato que a questão ambiental possui abrangência planetária e elementos, tanto filosóficos como empíricos, que permitem refletir sobre um novo momento da humanidade.

Segundo Boaventura de Sousa Santos, temos que ter em mente o que é desejável e o que é possível.

Na primeira [classe], chamada consciência do excesso, aprendemos a não desejar tudo o que é possível só porque é possível. Na segunda classe, chamada consciência do déficit, aprendemos a desejar também o impossível. Os estudantes da pós-modernidade reacionária só frequentam a primeira classe. Os estudantes da pós-modernidade da resistência frequentam as duas ao mesmo tempo porque sabem que só assim é possível aprender a formular necessidades radicais. (SOUSA SANTOS, 2010, p. 106)

Será que não está na hora pararmos de pensar e agir somente dentro de parâmetros possíveis e começar a operar no plano do desejável? Não temos dúvidas que a questão ambiental hoje representa um caminho alternativo ao modelo de desenvolvimento humano promovido pela modernidade, capaz de buscar a emancipação do ser – tão desejada e, ao mesmo tempo, tão subtraída nos dias de hoje.

#### **Sobre o autor:**

Leonardo Bis dos Santos é sociólogo e professor do Instituto Federal do Espírito Santo de Nova Venécia. É mestre em História Social das Relações Políticas pela Universidade Federal do Espírito Santo, onde atualmente também é doutorando em História.

#### **Referências bibliográficas**

BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade*. 7ª reimpressão. São Paulo: Cia das Letras, 1989.

DIEGUES, Antonio Carlos; MOREIRA, André de Castro (orgs.). *Espaços e recursos naturais de uso comum*. São Paulo: Nupaub/USP, 2001.

GIDDENS, Anthony. *As consequências da modernidade*. São Paulo: UNESP, 1991.

LATOUR, Bruno. *Políticas da natureza: como fazer ciência na democracia*. Bauru: Edusc, 2004.

LEFF, Enrique. *Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder*. Petrópolis: Vozes, 2001.

\_\_\_\_\_. *Racionalidade ambiental: a reapropriação social da natureza*. Rio de Janeiro: 2006.

LENOBLE, Robert. *História da ideia de natureza*. Lisboa: Edições 70, 1969. (Coleção Perfil).

MOSCOVICI, Serge. *Natureza: para pensar a ecologia*. Rio de Janeiro: Mauad X/Instituto Gaia, 2007.

PROTA, Leonardo. *As filosofias nacionais e a questão da universalidade da filosofia*. Londrina: Ed. UEL, 2000.

ROHDE, Geraldo Mário. Mudanças de paradigma e desenvolvimento sustentado. In: CAVALCANTI, Clóvis. (org.) *Desenvolvimento e natureza: estudos para uma sociedade sustentável*. 3. ed. São Paulo: Cortez; Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 2001, p. 41-53.

SANTOS, Leonardo Bis dos. *Da árvore ao rizoma: apontamentos para a educação ambiental na alta modernidade*. In: Revista Vértices. v. 7, nº. 1/3 (jan./dez. 2005). Campos dos Goytacazes: Essentia, 2006: 37-46.

\_\_\_\_\_. *Nas trilhas da política ambiental: conflitos e agendas*. São Paulo: Annablume, 2012.

SOUSA SANTOS, Boaventura de. *Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade*. 13ª ed. São Paulo: Cortez, 2010.